



Correspondência ao Autor

¹ Ruy de Deus e Mello Neto

E-mail: ruydedeus@usp.br

Universidade de São Paulo

São Paulo, SP, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/6766154341629596>

Submetido: 08 jul. 2019

Aceito: 09 set. 2019

Publicado: 30 out. 2019

[doi> 10.20396/riesup.v6i0.8655907](https://doi.org/10.20396/riesup.v6i0.8655907)

e-location: e0200

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



ProUni e Retornos de Capitais para Instituições Privadas de Ensino Superior: Uma Leitura Para Além dos Benefícios Diretos Com o Financiamento Público

Ruy de Deus e Mello Neto¹  <https://orcid.org/0000-0001-6035-5944>

Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros²  <https://orcid.org/0000-0001-6249-0920>

Afrânio Mendes Catani³  <https://orcid.org/0000-0003-0656-3931>

^{1,3} Universidade de São Paulo, ² Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

A literatura sobre ações afirmativas converge sobre a importância de políticas reparadoras para grupos sujeitos a desigualdades históricas, em virtude da relação negativa entre os seus antecedentes e as possibilidades de ingresso e permanência no Ensino Superior. No Brasil, uma das principais políticas nessa área é o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferta bolsas em instituições privadas de ensino superior (IPES). O objetivo deste artigo é analisar se, no caso específico dos cursos de Direito, existe a relação entre antecedentes de desvantagem e desempenho acadêmico, bem como se há retornos, além do capital econômico, para as IPES em manter alunos ProUni. Para isso, foi criado um modelo de regressão linear com dados do Enade, usando como variável dependente a nota no exame, e como variáveis independentes a proporção de alunos ProUni no curso, o perfil socioeconômico médio da turma, e o perfil docente. O modelo confirmou as relações intuitivas entre as variáveis de antecedentes e desempenho, e identificou relação positiva entre a presença de bolsistas nos cursos e o resultado no Enade. Assim, a partir do modelo e da bibliografia especializada, observou-se que, nos cursos de direito, as IPES obtêm retornos consideravelmente amplos, tanto de capital econômico, em virtude da estrutura de financiamento da política pública; quanto de capital simbólico, pela relação positiva entre presença de alunos ProUni no curso e a nota no ENADE.

PALAVRAS-CHAVE

Ação afirmativa. Ensino superior. Ensino privado. Avaliação da educação.

ProUni and Capital Returns in Private Higher Education Institutions: advantages beyond direct profit from public funding

ABSTRACT

The theoretical framework for affirmative action policies converges to a central point: the importance of such policies for students from underrepresented groups due the negative correlation between their social background and their possible access to higher education. In Brazil, one of the most important policies of this kind is the so-called *Programa Universidade para Todos* (ProUni – University for All Program). This policy provides fellowships for Low Socioeconomic Status students enrolled in Private Higher Education Institutions (HEI). The purpose of this paper is to verify whether, specifically in Law studies, there is a relation between social disadvantages and academic achievement and if there are returns, in addition to economic profit, for the Private HEI in retaining ProUni students. For such, a linear regression model was created with data from Enade, taking the exam score as the dependent variable, and the independent variables concerning the proportion of ProUni students in the course, the class' average socioeconomic profile, and the HEI's faculty profile. The model has confirmed the intuitive relations between the variables of social background and academic performance and identified a positive relationship between the presence of scholarship holders in the courses and the institution's overall results in the Enade exam. Thus, drawing from the model and the theoretical framework, it has observed that, in Law courses, Private HEI achieve considerably large returns, both in economic capital due to the funding structure of the public policy (ProUni) and in symbolic capital as a result of the positive relation between the presence of ProUni students and the ENADE scores.

KEYWORDS

Equal opportunity. Higher education. Private education. Educational evaluation.

ProUni e los Retornos de Capital a Instituciones Privadas de Educación Superior: Una Discusión de los Beneficios más Allá de las Ganancias Directas con Financiamiento Público

RESUMEN

La literatura acerca de las políticas de discriminación positiva converge en algo: la importancia de las políticas para grupos sujetos a las desigualdades históricas, debido a la relación negativa entre sus antecedentes y la condición de empezar un curso en la Educación Superior. En el contexto brasileño, una de las políticas principales en esta área es el Programa Universidad para Todos (ProUni), que ofrece becas en instituciones privadas de educación superior (IPES). El propósito de este artículo es analizar si, en el caso específico de los cursos de Derecho, la relación entre los antecedentes de desventajas y el rendimiento académico se mantiene, así como cuáles serían los beneficios para IPES en el mantenimiento de los estudiantes de ProUni. Para ello, se creó un modelo con análisis de regresión lineal con datos de Enade, utilizando como variable dependiente la calificación de los cursos en el examen. Actuando como variables independientes, observaciones acerca de la proporción de estudiantes de ProUni en el curso, el perfil socioeconómico promedio de la clase y el perfil del profesor de los cursos. El modelo confirmó las relaciones intuitivas entre las variables y también identificó relaciones positivas entre la presencia de estudiantes con becas del ProUni y el desempeño del curso en Enade. Desde el modelo y la bibliografía especializada, se observó la amplitud de los retornos para las IPES en relación al capital económico, debido el financiamiento de las becas; y también acerca del capital simbólico, en función de la relación positiva entre los estudiantes con becas del ProUni y el aumento la nota en el Enade.

PALABRAS CLAVE

Igualdad de oportunidades. Educación superior. Enseñanza privada. Evaluación de la educación.

Introdução

O arcabouço teórico internacional acerca das políticas de ação afirmativa para o ensino superior tende a argumentar que os mecanismos de acesso e seleção de estudantes deveriam ser modificados visando ampliar a entrada de alunos oriundos de grupos com baixa representação nesse nível de ensino (ALON, 2015; ALON; MALAMUD, 2014; BROWN; LANGER; STEWART, 2012).

Tal argumentação baseia-se na ideia de que estudantes com histórico familiar privilegiado tendem a obter melhor desempenho nos exames de seleção ao ensino superior e, conseqüentemente, ocupam as vagas disponíveis no nível de ensino destacado. Seriam, portanto, variáveis de impacto no sucesso escolar: o grau de formação escolar dos pais (DUNCAN, MAGNUSON; VOTRUBA-DRZAL, 2014; GREENMAN et al., 2011; GHEORGHIU et al., 2008; LAREAU; WEININGER, 2008; BODOVSKI, 2010, 2014); a classe de origem e a renda *per capita familiar* (DOREN; GRODSKY, 2016; REARDON, 2013); a raça do estudante (WARIKOO et al., 2016; WARIKOO AND CARTER, 2009; FRANCIS; TANNURI-PIANTO, 2012b, 2013), a concomitância entre estudo e trabalho (VARGAS; PAULA, 2012), o perfil de instituição de ensino médio etc.

De maneira similar ao que ocorre em outros países, no Brasil a desigualdade é fortemente correlacionada com raça, pobreza, educação e distribuição de renda (HTUN, 2004). É interessante notar que se adotou como diretriz central às políticas de ação afirmativa ao ensino superior a reserva de vagas que impulsionassem o acesso de estudantes oriundos da rede pública de ensino médio, provenientes dos estratos socioeconômicos mais baixos e membros de grupos raciais com baixa representação no ensino superior. Assim, a implementação das políticas de ação afirmativa no Brasil tem convergido para a tentativa de ampliar, em relação ao número total de estudantes no ensino superior: 1) o percentual de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI); 2) o percentual de estudantes de baixa renda, com ênfase naqueles membros de famílias com renda menor que 1.5 salários mínimos *per capita*; 3) o percentual de estudantes que concluíram o ensino médio na rede pública de ensino (SCHWARTZMAN; SILVA, 2012; FRANCIS; TANNURI-PIANTO, 2012; TAVOLARO, 2008).

Nesse sentido, esse artigo objetiva discutir a política de ação afirmativa para o ensino superior conhecida como Programa Universidade para Todos (ProUni). Trata-se de uma política em vigência desde 2005, cujo foco é prover bolsas de estudo para no ensino superior privado para estudantes pertencentes aos estratos mais baixos (ALMEIDA, 2012, 2017; MELLO NETO, 2015). Estabelecido por meio da medida provisória nº 213, de 2004 (BRASIL, 2004c), convertido na Lei Federal nº 11.096 de 2005, o programa funciona por meio de reserva e financiamento de vagas no ensino superior privado para estudantes de baixa renda classificadas por meio do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

Assim como em outras políticas semelhantes, os candidatos à bolsa são oriundos de grupos com baixa representação no ensino superior. Quando comparados aos estudantes tradicionalmente matriculados nesse nível de ensino, eles tendem a compor um maior percentual de auto identificados como PPI, virem de famílias com menor renda, serem filhos de pais com menor educação formal e terem origem no ensino médio público (INEP, 2019a, 2019d).

Estudos recentes demonstram que o bolsista do ProUni, quando observados nos exames de larga escala, isso é, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) (BRASIL, 2004a, 2004b), apresentam performance superior aos seus colegas não bolsistas matriculados na rede privada de ensino superior (WAINER; MELGIZO, 2017; MELLO NETO, 2015). De tal maneira, o ProUni contradiz uma esperada correlação entre baixo desempenho escolar e pertencimento aos estratos econômicos não dominantes.

Sob tal perspectiva, o presente trabalho busca apresentar um novo prisma na observação do conjunto de benefícios que o ProUni traz para as IPES, discutindo desdobramentos de uma política cujo foco centra-se no acesso de alunos de baixa renda no ensino superior. Para tanto, por meio da observação da performance obtida por turmas do curso de direito no Enade de 2015 (Inep, 2019a), se discutirá a influência do número de bolsistas do ProUni na nota obtida pelas instituições de ensino superior (IES), comparando-os com variáveis que tratem do perfil socioeconômico dos estudantes e do perfil docente das IES.

Todavia, para fazer a análise, encontram-se alguns limites, sobretudo no que diz respeito ao Enade, que é um exame em larga escala para estudantes que tenham concluído, no mínimo, 80% dos créditos necessários à obtenção do título de ensino superior. É parte componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (BRASIL, 2008) e apresenta, entre outros, o Conceito Preliminar dos Cursos (CPC) (BARREYRO; ROTHEN, 2014), cuja métrica serve para avaliar os melhores e piores cursos do país. O exame ocorre todos os anos, entretanto, cada curso é avaliado apenas de três em três anos. Há, portanto, certa dificuldade em obtenção de um panorama mais geral dos estudantes de direito no programa, apresentando, por exemplo, dados em painel.

Assim, em virtude das limitações nos dados e do fato de que este artigo é parte de um projeto de pesquisa em andamento que trata de egressos do ProUni no curso de direito, decidiu-se por um estudo em corte transversal. Isso é, o presente estudo não possibilita apontar para relações de causalidade entre as variáveis estudadas e o aumento das notas em um futuro exame. Por outro lado, permite-nos apresentar indicativos de relações entre determinadas variáveis, observadas no nível agregado das instituições de ensino superior.

O Sistema de Ensino Superior no Brasil: Desigualdades Persistentes e as Políticas de Ação Afirmativa como Alternativa

Sob a perspectiva econômica, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, ocupando a 13º pior posição no ranking do Coeficiente de Gini (The World Bank, 2017). O sistema de ensino superior no Brasil também é historicamente desigual, de modo que enquanto a maior parte dos estudantes estão matriculados na rede pública de ensino médio (87% de todos estudantes (Inep, 2019c), não existem vagas suficientes na rede pública de ensino superior (9.4% das vagas ofertadas (Inep, 2019b). Tal descompasso provoca uma grande procura pelas vagas gratuitas no ensino superior, gerando, portanto, uma enorme disputa por vagas e, conseqüentemente, relegando-as aos alunos com maior renda e melhor formação anterior. Além disso, há, mesmo entre as instituições privadas de ensino superior, uma estratificação normalmente baseada no valor da mensalidade dos cursos. Em suma, o Brasil possui duas redes de ensino superior complementares, uma pública e gratuita, e uma privada, com mensalidades variando de acordo com o prestígio e a qualidade das instituições (SGUISSARDI, 2015). Lado a lado com o processo seletivo, a incapacidade de financiamento do ensino superior foi historicamente responsável pela exclusão de jovens pertencentes aos mais baixos estratos sociais no ensino superior (CHAVES; AMARAL, 2015; AMARAL, 2016). De tal modo, estudantes pertencentes aos estratos dominantes tendiam a frequentar as melhores instituições, sejam públicas ou privadas, enquanto os jovens dos estratos inferiores frequentavam, quando muito, cursos e instituições de baixo prestígio (AKKARI, 2013).

Assim, em busca de mitigar os efeitos dessa distorção, as políticas de ação afirmativa passaram a serem vistas como mola propulsora do provimento de oportunidades aos estudantes historicamente pouco representados no ensino superior. Nesse sentido, o Governo Federal do Brasil desenvolveu duas políticas com foco em aumentar o número de estudantes de baixa renda, PPI e àqueles com histórico escolar de ensino médio público no ensino superior. Uma primeira, focando nas IES públicas, chamada Lei de Cotas (Lei Federal nº 12.711 de agosto de 2012) (BRASIL, 2012) e uma segunda, focada no setor privado, chamada Programa Universidade para Todos (Lei Federal nº 11.096, de janeiro de 2015). A lei de cotas reserva vagas no ensino superior público aos estudantes oriundos da rede pública de ensino médio, enquanto o ProUni garante bolsas de financiamento, completo ou parcial, aos mesmos estudantes na rede superior privada. Nos dois casos critérios extras são estabelecidos, como corte por renda e definição de raças com classificação prioritárias.

Para os dois programas, utiliza-se principalmente o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como processo seletivo. As demais vagas em instituições privadas, com financiamento independente do Programa, contam com processos seletivos autônomos, podendo ou não fazer a utilização do Enem.

ProUni: Perfil dos Estudantes e Desempenho Escolar

O ProUni permite candidatura à bolsa de estudos no ensino superior privado aos candidatos que se enquadrem dentre: estudantes da rede pública de ensino médio; estudantes com deficiência; e/ou professores de escola pública. É permitida a candidatura a bolsa integral aos que possuam renda de até 1.5 salários mínimos *per capita*, enquanto os que possuam renda acima de 1.5 e abaixo de 3 salários mínimos *per capita*, é facultada a candidatura a uma bolsa parcial (50%) (BRASIL, 2005).

O ProUni é financiado com a isenção de alguns impostos por parte das IES (CARVALHO, 2010) e, embora não sejam obrigadas, a maior parte das instituições privadas de ensino superior adotaram o Programa (CARVALHO; LOPREATO, 2005; CARVALHO, 2006). Após adesão, para manter-se recebendo isenção dos impostos devidos, a instituição deve passar a ofertar aproximadamente 10% do total das vagas regulares ao programa (BRASIL, 2005), isso é, o percentual deve ser calculado sob o total de vagas financiadas por mensalidades em cada curso e instituição. Desde 2005, o programa já ofertou algo em torno de 1.5 milhões de bolsas, sendo quase 70% de bolsas integrais (Sisprouni, 2017).

Mesmo com o expressivo número de bolsas ofertadas, somente um pequeno percentual de estudantes matriculados no ensino superior teve acesso ao programa. Se, por um lado, cerca de 7.5% dos estudantes são financiados pelo programa com bolsa integral no ensino superior privado brasileiro, de acordo com dados do Enem¹ (Inep, 2019d), cerca de 80.6% dos estudantes que se candidataram ao exame de 2015 poderiam candidatar-se a uma vaga integral pelo ProUni. De acordo com o Sisprouni (2017), tal proporção, aproximadamente 10 vezes o número de vagas disponíveis, frequentemente ocorrem.

Por outro lado, os processos seletivos das instituições privadas são tradicionalmente conduzidos pelas próprias instituições. Usualmente, apresentam menores valores na proporção entre candidatos e vagas ofertadas: em 2015, 50,6% das instituições privadas tiveram um número de inscritos menor ou igual ao número de vagas. Somente 22,2% tiveram mais de 2 candidatos por vaga ofertada (Inep, 2019b).

Isso termina por influenciar a existência de diferentes perfis de estudantes ingressando no ensino superior privado, com o bolsista do ProUni apresentando melhor desempenho escolar e pertencendo a um estrato socioeconômico menor que os colegas que ingressam regularmente. O bolsista do ProUni tende a apresentar desempenho escolar mais elevado, ao mesmo tempo em que se encontram, quando comparado com seus colegas regularmente ingressantes, com maior percentual de PPI, com menor histórico de formação escolar dos seus pais e oriundos de famílias com menor renda *per capita* média (MELLO NETO, 2015).

¹ Para tal cálculo foram removidos da amostra aqueles candidatos que: 1) se inscreveram para treinamento; 2) se inscreveram e faltaram o exame ou que tiraram zero na redação; 3) apresentaram respostas em branco no questionário socioeconômico (*missing values*).

Conforme demonstrado na introdução deste artigo, há o consenso de que histórico social e familiar se apresentam como fator de impacto no desempenho escolar dos estudantes, existindo uma forte correlação entre pertencimento ao substrato socioeconômico mais baixo, mau desempenho e abandono do sistema escolar - impactando, portanto, nas famílias mais pobres, historicamente relegadas do acesso ao nível de ensino em questão. Então, em especial nas instituições de elite (ARIES; BERMAN, 2012), os estudantes de baixa renda que ingressarem ao ensino superior irão se deparar com colegas que possuem histórico familiar e social para os quais o acesso a essa modalidade de ensino é mais natural e esperada (NIL; TIENDA, 2012; SIDANIUS et al., 2010; ARONSON, 2008; WALPOLE, 2003; BERGERSON, 2007; LAREAU, 1987, 2000).

Métodos

Como foi apresentado anteriormente, há, em função da limitação dos dados disponíveis no Enade, a impossibilidade de uma análise que abranja todos os cursos ou mesmo a criação de painéis de dados homogêneos. Para cada curso o exame ocorre a cada três anos e é realizado apenas com alunos que tenham concluído mais de 80% dos créditos obrigatórios no ano de referência para seu curso. Ou seja, grande parte dos estudantes do ensino superior nunca foram avaliados pelo governo federal e, mais importante, não há, ao menos pelo Enade, a possibilidade de observação do perfil de entrada desses estudantes no ensino superior, cabendo somente a avaliação destes no momento próximo à formatura.

Por isso, decidiu-se pela adoção de um modelo de corte transversal com foco em cursos de direito. A decisão pelo curso em questão se deu por influência do trabalho ao qual o presente artigo se insere. Isso é, trata-se de um projeto de pesquisa em andamento com foco em estudantes e egressos do curso de direito em instituições privadas de ensino superior no Brasil. A disposição pelo recorte no curso de direito deu-se pela adoção de uma abordagem baseada na noção de Campo Jurídico apresentada por Pierre Bourdieu (1986), bem como pela representatividade do curso entre os ofertados no ensino superior privado no Brasil – o segundo com maior número de matrículas no país (Inep, 2019b).

A base de dados utilizada foi o Enade de 2015 (2017a). Os dados foram coletados no nível individual e agrupados no nível do curso. Como em linhas gerais cada instituição apresenta um curso de direito, foram observados todos os estudantes que realizaram o exame e, posteriormente, seus dados foram agrupados por IES. Foram incluídos apenas estudantes em situação regular junto ao Enade, isso é, foram excluídos aqueles cuja participação foi apresentada como não regular (variável TP_PR_GR \neq 555), e àqueles que tenham faltado algum exame (variável TP_PRESS \neq 555). As informações individuais foram coletadas observando variáveis contextuais, tais como: nota no exame, raça, renda familiar *per capita*, nível educacional dos pais dos estudantes, perfil de instituição que frequentou no ensino médio, tipo de financiamento no ensino superior etc. Ao fim, todas as informações foram agrupadas e calculadas em valores de percentual, média ou mediana para cada curso de cada IES. Para tanto, adotou-se o código do curso como referência de agrupamento.

Após a agregação, a base de análise foi enriquecida com informações sobre o curso foram coletadas no Conceito Preliminar do Curso (CPC), divulgado com base nos dados do Enade e que apresenta, entre outros, valores agregados de insumos referentes às condições de corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos de cada curso. O CPC também é apresentado pelo código do curso.

Ao fim, as informações acima mencionadas foram agrupadas em uma terceira base de dados que apresentava apenas valores agregados e divididos pelos códigos dos cursos. Foram catalogados 1.066 cursos de direito no Brasil. Destes, 325 foram excluídos por não contarem com bolsistas do ProUni, sendo 140 (13%) excluídos por serem ofertados por instituições públicas de ensino, e 185 (17.35%) por possuírem cursos sem bolsistas do ProUni matriculados. Posteriormente, 5 cursos (0.47%) foram removidos em função de não apresentarem informações nas variáveis observadas (*missing values*) e 13 (1.02%) cursos foram excluídos por representarem-se como *outliers*. Ao fim, 723 cursos de direito foram observados, representando um total de 80.411 estudantes.

Uma regressão linear múltipla foi modelada com o software SPSS, para estimar todos os modelos inferenciais apresentados neste artigo. A seleção de variáveis ocorreu com o método *stepwise backwards*, com nível de significância de 0.05.

Variáveis observadas

Sendo o objetivo do artigo a discussão da relação entre o percentual de bolsistas do ProUni e o desempenho dos cursos de direito no Enade, a média das notas obtidas pelos alunos de cada curso foi escolhida como variável dependente no modelo. No caso das variáveis independentes, foram selecionadas com base nas indicações bibliográficas de trabalhos sobre políticas de ação afirmativa para o ensino superior. Elas são relacionadas a padrões individuais, padrões de histórico familiar e posição da instituição em relação ao sistema de ensino superior (funcionando como *proxys* da qualidade/investimento da IES). Tais variáveis foram divididas em dois grupos: variáveis de histórico socioeconômico do estudante e variáveis de perfil de instituição. Cumpre destacar que foram testados controles por região e por tipo e instituição (faculdade, centro universitário e universidade), contudo, as variáveis *dummies* utilizadas não se apresentaram como significantes no modelo.

Quadro 1. Variáveis inicialmente observadas no modelo de Regressão Linear Múltipla

Variável	Relação de dependência	Agrupamento	Descritivo da variável	Tipo
Média do curso no Enade	Variável	-	A nota individual ² de cada aluno foi observada e,	Contínua

² A nota média de cada estudante é apresentada em uma escala de 0 a 100 e é composta pela média ponderada obtida nos exames de conhecimento geral e exame de conhecimentos específicos no Enade. A parte de conhecimento específico do exame avalia a capacidade do aluno nas competências básicas de uma carreira, tendo pelo de 0.75. Por sua vez, a parte de conhecimento geral, comum a todos os cursos, avalia noções básicas de conhecimento geral, com peso 0.25.

	Dependente		posteriormente, a nota média de cada curso. A variável foi normalizada conforme Templeton (2011).	
Renda Per Capita	Variável Independente	Variável de histórico socioeconômico de estudantes	Variável calculada em duas etapas: (1) cálculo da renda <i>per capita</i> familiar de cada estudante por meio da divisão da renda familiar total declarada pelo estudante pelo número de pessoas residindo no mesmo local que ele; (2) cálculo da mediana da renda familiar <i>per capita</i> para cada curso. Para o modelo de regressão, tal variável passou pela transformação Log10.	Contínua
Percentual de bolsistas integrais do ProUni	Variável Independente	Variável de histórico socioeconômico de estudantes	A variável qualitativa sobre o tipo de financiamento foi convertida em uma variável binária (<i>dummy</i>) com 1 para bolsistas integrais do ProUni e 0 para os demais estudantes. A variável final, no agregado curso, é apresentada como o percentual de estudantes com bolsa integral do ProUni em cada curso. Para o modelo de regressão, tal variável passou pela transformação Log10.	Contínua
Percentual de estudantes trabalhadores	Variável Independente	Variável de histórico socioeconômico de estudantes	A variável qualitativa sobre situação laboral dos estudantes foi convertida em uma variável binária (<i>dummy</i>) com 1 para estudantes que trabalhem 40 horas ou mais por semana, e 0 para os demais estudantes. A variável final é apresentada como o percentual de estudantes trabalhadores em cada curso.	Contínua
Percentual de estudantes que são a primeira geração com acesso ao ensino superior nas famílias	Variável Independente	Variável de histórico socioeconômico de estudantes	A variável <i>dummy</i> sobre a existência de parentes com acesso ao ensino superior apresentava 1 para estudante cujo algum parente já tivesse concluído o ensino superior, e 0 para os demais. A variável final é apresentada como o percentual de estudantes que não tinham parentes que concluíram o ensino superior por curso.	Contínua
Percentual de estudantes que fizeram todo o ensino médio	Variável	Variável de histórico	A variável qualitativa sobre o tipo de instituição que o	Contínua

na rede Pública	Independente	socioeconômico de estudantes	estudante frequentou no ensino médio foi convertida em uma variável binária (<i>dummy</i>) com 1 para estudantes que tenham feito todo o ensino médio na rede pública, 0 zero para os demais estudantes. A variável final é apresentada como o percentual de estudantes que fizeram todo o ensino médio em escolas públicas em cada curso. A variável foi normalizada conforme Templeton (2011).	
Percentual de professores sem mestrado e/ou doutorado	Variável Independente	Variável de perfil de instituição	Tal variável observa o percentual de professores nos cursos que não possuem mestrado e/ou doutorado.	Contínua
Proporção de estudantes matriculados por docente com doutorado	Variável Independente	Variável de perfil de instituição	Tal variável foi calculada pela razão entre o número de estudantes matriculados e o número de professores com doutorado em cada curso. A variável foi normalizada conforme Templeton (2011).	Contínua

Fonte: Inep (2019a), elaboração dos autores

Entretanto, as variáveis referentes a estudantes trabalhadores, estudantes que são a primeira geração no ensino superior e estudantes que fizeram todo o ensino médio na rede pública são fortemente correlacionadas, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1. Matriz de Correlação

		P_FG_SCH	PERCENT_WORK_STU	School_STU
Correlação	Percentual de estudantes que são a primeira geração com acesso ao ensino superior nas famílias	1.000	.492 (p < 0.001)	.678 (p < 0.001)
	Percentual de estudantes trabalhadores	.492 (p < 0.001)	1.000	.589 (p < 0.001)
	Percentual de estudantes que fizeram todo o ensino	.678	.589	1.000

médio na rede Pública (p < 0.001) (p < 0.001)

Determinant = .342.

Fonte: Inep (2019a), elaboração dos autores.

Assim, foi feita uma análise fatorial para compor uma variável resultante da combinação linear das três variáveis acima mencionadas. Para tanto, o teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) para adequação da amostra quanto ao grau de correlação parcial entre os valores apresentou 0.682 e o teste de esfericidade de Bartlett obteve sig < 0.001. Além disso, a matriz de correlações anti-imagem obteve valores acima de 0.500 e a variância de cada variável explicada pelos fatores, calculada pela comunalidade, também obteve valores satisfatórios.

Tabela 2. Comunalidades

	Inicial	Extração
Percentual de estudantes que são a primeira geração com acesso ao ensino superior nas famílias	1.000	.727
Percentual de estudantes trabalhadores	1.000	.648
Percentual de estudantes que fizeram todo o ensino médio na rede Pública	1.000	.801

Método de extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Inep (2019a), elaboração dos autores

Tabela 3. Variância total explicada

Componentes	Autovalores Iniciais		Soma dos quadrados das cargas fatoriais			
	Total	% variância	Total	% variância		
1	2.176	72.540	1	2.176	72.540	1
2	.520	17.319	2	.520	17.319	2
3	.304	10.140	3	.304	10.140	3

Método de extração: Análise de Componentes Principais.

Fonte: Inep (2019a), elaboração dos autores

Tabela 4. Matriz de componentes

	Componente
	1
Percentual de estudantes que são a primeira geração com acesso ao ensino superior nas famílias	.853
Percentual de estudantes trabalhadores	.805
Percentual de estudantes que fizeram todo o ensino médio na rede Pública	.895

Método de extração: Análise de Componentes Principais.

Método de Rotação: Varimax com normalização Kaiser

Fonte: Inep (2019a), elaboração dos autores

Ao fim, as três variáveis acima mencionadas foram substituídas na regressão pela variável chamada Fator de Antecedentes Sociais. Em comum, elas comportam-se como *proxies* de perfis pertencentes aos estratos socioeconômicos mais baixos. Isso é, quanto maior for o valor observado nas três, menor é o percentual de estudantes pertencentes aos estratos socioeconômicos mais altos nos cursos observados. Assim, a nova variável tem comportamento equivalente, ou seja, quanto maior for o seu valor, maior é o número de estudantes de baixa renda no curso avaliado.

Assim sendo, o modelo de regressão foi aplicado com as variáveis presentes no quadro abaixo.

Quadro 2. Variáveis utilizadas no modelo de Regressão Linear Múltipla

Variável	Relação de dependência	Agrupamento	Descritivo da variável	Tipo
Média do curso no Enade	Variável Dependente	-	A nota individual ³ de cada aluno foi observada e, posteriormente, a nota média de cada curso. A variável foi normalizada conforme Templeton (2011).	Contínua
Renda Per Capita	Variável Independente	Variável de histórico socioeconômico de estudantes	Variável calculada em duas etapas: (1) cálculo da renda <i>per capita</i> familiar de cada estudante por meio da divisão da renda familiar total declarada pelo estudante pelo número de pessoas residindo no mesmo local que ele; (2) cálculo da mediana da renda familiar <i>per capita</i> para cada curso. Para o modelo de regressão, tal variável passou pela transformação Log10.	Contínua
Percentual de bolsistas integrais do ProUni	Variável Independente	Variável de histórico socioeconômico de estudantes	A variável qualitativa sobre o tipo de financiamento foi convertida em uma variável binária (<i>dummy</i>) com 1 para bolsistas integrais do ProUni e 0 para os demais estudantes. A variável final é apresentada como o percentual de estudantes com bolsa integral do ProUni em cada curso. Para o modelo de regressão, tal variável passou pela	Contínua

³ A nota média de cada estudante é apresentada em uma escala de 0 a 100 e é composta pela média ponderada obtida nos exames de conhecimento geral e exame de conhecimentos específicos no Enade. A parte de conhecimento específico do exame avalia a capacidade do aluno nas competências básicas de uma carreira, tendo peso de 0.75. Por sua vez, a parte de conhecimento geral, comum a todos os cursos, avalia noções básicas de conhecimento geral, com peso 0.25.

			transformação Log10.	
Fator de Antecedentes Sociais	Variável Independente	Variável de histórico socioeconômico de estudantes	Fatorial que representa 3 variáveis, sendo elas:	Contínua
Percentual de professores sem mestrado e/ou doutorado	Variável Independente	Variável de perfil de instituição	Variável referente ao percentual de professores nos cursos que não possuem mestrado e/ou doutorado.	Contínua
Proporção de estudantes matriculados por docente com doutorado	Variável Independente	Variável de perfil de instituição	Variável calculada pela razão entre o número de estudantes matriculados e o número de professores com doutorado em cada curso. A variável foi normalizada conforme Templeton (2011).	Contínua

Fonte: Inep (2019a), elaboração dos autores

Sendo, portanto, uma Regressão Linear Múltipla criada com o intento de prever a variável CAS com base nas variáveis acima mencionadas.

Resultados

O modelo final apresentou R^2 de 0.331, e um teste F com p-valor $< .000$), além das estatísticas abaixo:

Tabela 5. Estatísticas Descritivas do Modelo de Regressão

	Média	Desvio Padrão	Número de casos
Média do Curso no Enade	50.0640	16.64586	723
Renda per capita	.1291	.17820	723
Percentual de docentes sem ME/DO	.2476	.19440	723
Percentual de Bolsistas Integrais ProUni	-1.1492	.37091	723
Proporção de estudantes por Docente com Doutorado	111.8670	102.24329	723
Fator de Antecedentes Sociais	.0000000	1.00000000	723

Fonte: Inep (2019a), elaboração dos autores

Tabela 6. Coeficientes do Modelo de Regressão.

Variável	B	Erro padrão	Beta	Teste t	Sig.	VIF
(Constante)	62.867	2.019		31.130	$p < 0.001$	
Renda per capita	33.602	3.759	0.360	8.939	$p < 0.001$	1.735
Percentual	8.870	1.411	0.198	6.287	$p < 0.001$	1.059

de Bolsistas Integrais ProUni						
Proporção de estudantes por Docente com Doutorado	-0.034	.005	-0.206	-6.111	p < 0.001	1.218
Fator de Antecedente Sociais	-3.482	.678	-0.209	-5.139	p < 0.001	1.775
Percentual de docentes sem ME/DO	- 2.893	2.834	-0.151	-4.550	p < 0.001	1.174

Fonte: Inep (2019a), elaboração dos autores.

Os coeficientes padronizados no modelo indicam que a variável referente a renda *per capita* dos estudantes é a que tem o maior coeficiente (.360 por desvio padrão), com a variável composta em segundo lugar (.209 por desvio padrão), a razão entre o número de estudantes e o número de professores com doutorado em terceiro (-.206 por desvio padrão), o percentual de bolsistas integrais do ProUni em quarto (.198 por desvio padrão), e o percentual de professores sem mestrado e/ou doutorado em quinto (-.151 por desvio padrão).

É relevante notar que todos os sinais aparecem como previstos no arcabouço teórico deste artigo, isso é, a mediana da renda *per capita* dos estudantes e o número de bolsas integrais atuando de forma positiva no desempenho dos cursos. Isso aponta para a manutenção da premissa de que o histórico econômico-familiar dos estudantes impacta positivamente o desempenho do seu curso no Enade, assim como que quanto maior o número de bolsistas integrais do ProUni, maior tende a ser o desempenho do curso no Enade. Adicionalmente, também como esperado, aparece negativo o coeficiente padronizado da variável que agrega estudantes trabalhadores, estudantes oriundos da rede pública e estudantes que não possuem histórico familiar de acesso ao ensino superior, reforçando a premissa de que cursos com baixo desempenho no Enade tendem ter uma presença maior de estudantes pertencentes aos estratos socioeconômicos mais baixo da sociedade.

É também notável e esperado que as duas variáveis *proxies* (Percentual de docentes sem ME/DO e Proporção de estudantes matriculados por docente com doutorado) no perfil das IES apresentem coeficientes negativos. De tal modo que tanto maior a proporção de alunos por professor com doutorado, um indicativo de acesso dos estudantes a docentes mais qualificados; quanto o número de professores sem mestrado e/ou doutorado, um indicador de qualidade de formação do corpo docente, estão relacionados a cursos com desempenhos menores no Enade.

Discussão

O ProUni tornou-se uma importante ferramenta de acesso ao ensino superior de estudantes de baixa renda no Brasil. O elevado número de bolsas ofertadas e ocupadas durante os anos, bem como a longevidade do programa, são importante indicativos do seu sucesso como política pública.

Os resultados apontados no artigo trazem à tona um pouco explorado aspecto do Programa: os possíveis ganhos obtidos pelas IES privadas em decorrência do ProUni. Vale aqui destacar que, desde sua elaboração, o programa se consolidou como uma política pública com foco em financiar vagas no, outrora decadente, ensino superior privado. De certa forma, o ProUni se consolida também como uma ferramenta de garantia de sobrevivência fiscal e de ocupação de vagas ociosas em tais instituições (CARVALHO, 2014).

Tendo sido criado sob uma estratégia orçamentária específica, o Programa permitiu a ampliação expressiva de vagas ofertadas aos alunos de baixa renda no ensino superior sem, para tanto, proporcional ampliação nos investimentos diretos por parte do Governo Federal (CHAVES; AMARAL, 2016). Ao ofertar isenções de taxas em troca de vagas, o ProUni se concretiza como um modo de ampliar significativamente o financiamento de estudantes no ensino superior, fazendo-o por meio de baixo valor agregado. O custo médio de um estudante do ProUni é consideravelmente menor do que o equivalente em uma instituição federal de ensino superior⁴ (COSTA; FERREIRA, 2017). Em resumo, o programa se utiliza de um sistema de isenção fiscal já existente e, por meio da expansão do número de instituições participantes, torna-se capaz de ampliar o número de vagas gratuitas ofertadas pelo governo federal no ensino superior.

As políticas de expansão no acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior privado vêm servindo, em grande parte, aos interesses das IES que encontravam dificuldades em expandir seu número de estudantes. Assim, em troca de isenção de alguns impostos, garantindo o acesso de jovens impossibilitados de acessar o ensino superior com financiamento próprio, o ProUni vem também contribuindo para a sobrevivência econômica às IES privadas por meio de alívio na carga tributária e da expansão de seu público consumidor (CARVALHO, 2014).

Não obstante, o Sinaes (BRASIL, 2004a) se apresentou como parte fundamental ao processo de criação e manutenção do ProUni, servindo como ferramenta de um controle da qualidade do ensino superior brasileiro, bem como garantindo a elegibilidade das instituições ao Programa (BRASIL, 2005). Além disso, atuando como uma política de avaliação, o Sinaes serve ao intento de legitimar o financiamento de instituições privadas pelo poder público,

⁴ Em que se pese o fato que tais instituições possuem custos operacionais muito maiores, entretanto que não necessariamente refletem um gasto direto com o aluno, ou algo equivalente a uma mensalidade. Diferente das IES privadas, as instituições públicas contam com serviços como hospitais e, muitas delas, com pesquisa e extensão, por exemplo.

atuando como baliza de qualidade mínima, que justifica o investimento público em um sistema privado de ensino (BARREYRO *et al.*, 2014).

Por outro lado, a consolidação de um sistema de avaliação externa, aliado à expansão do mercado privado de ensino superior, inevitavelmente criou uma política de ranqueamento e avaliação das IES baseadas em *rankings* entre instituições (BARREYRO *et al.*, 2014). De tal maneira, a comparação de resultados obtidos pelos cursos no Sinaes, tornaram-se instrumentos de *marketing* que validam os valores das mensalidades cobradas por instituições e até mesmo implicam em uma maior ou menor demanda de alunos por instituição. Ser o “melhor curso de algum lugar” tornou-se um forte argumento de atratividade de novos estudantes para as instituições.

Para além do ganho direto em capital econômico (por meio de isenções fiscais) e do ganho indireto, para aquelas que podem explorar boas posições no ranking Sinaes, as IES privadas acabam recebendo garantias de financiamento de longo prazo. Os bolsistas são estudantes cujo financiamento é previsível, ou seja, ingressam no ensino superior com cauções de custeio de mensalidades até o final do curso, o que, dada a situação econômica do Brasil, terminam funcionando como um “suspiro” nas economias das instituições.

Outro ponto importante é que, uma vez que o percentual de vagas ofertadas é calculado com base no número de estudantes pagantes (BRASIL, 2005), mesmo em caso de uma crise econômica que afete diretamente o número de vagas regulares, desde que a proporção de bolsas seja mantida, a instituição se mantém isenta dos impostos referentes à participação no programa. Além disso, o bolsista do ProUni tem baixo índice de desistência (FELICETTI; FOSSATI, 2014), o que implica em uma ainda maior proporção no número de bolsistas em relação ao número exigido de pagantes.

Institucionalmente o programa se tornaria uma política de financiamento público para o mercado privado que, indiretamente, possibilitaria, com ajuda de outro programa gerido pelo governo federal (o Enade), aumentar as margens de lucro obtidas pelas IES privadas.

Entretanto, o que este artigo aponta é para a percepção de que, de forma complementar ao financiamento, é importante discutir o fato de que o programa dispõe outros benefícios às IPES, já que o aumento do número de bolsistas do programa pode implicar em ganhos de outra natureza.

Além desse aspecto, é interessante perceber as relações encontradas entre os resultados no ENADE e a qualificação do corpo docente, e o acesso dos estudantes a um corpo docente mais qualificado, já que, em ambos os casos, quanto maior o número de professores com Mestrado e Doutorado, e quanto menor o per capita aluno/docente doutor, maiores tendem a ser as notas do curso.

Uma vez que não há investigações disponíveis para o Ensino Superior, é preciso traçar paralelos entre os achados e a educação básica. Primeiramente, como apontam Bruel e

Bartholo (2012), o perfil social e educacional dos estudantes, na educação básica, possui impactos relevantes sobre os resultados educacionais, incentivando a existência de seleção do aluno (ainda que oculta). No caso do Ensino Superior, é razoável inferir que, para além dos ganhos financeiros, selecionar alunos ProUni é benéfico para a IPES – podendo, até mesmo, compensar os impactos negativos de seus antecedentes sociais desprivilegiados.

O baixo número de ME/DO no curso e seu impacto negativo sobre a nota no Enade podem ser relacionados, numa perspectiva qualitativa, à inadequação do corpo docente às atividades de ensino e pesquisa; bem como o alto número de estudantes por doutor pode ser indicativos, de uma perspectiva qualitativa, tanto de inadequação de formação quanto de esforço docente, já que, hipoteticamente, os docentes doutores esforçar-se-iam mais para orientar tantos alunos.

Considerando, portanto, o componente da docência no processo, à luz dos achados deste estudo e da bibliografia disponível sobre o tema, novamente, na Educação Básica, pode-se inferir que tanto a formação adequada do corpo docente quanto seu baixo esforço docente estão relacionados a bons resultados, conforme apontam Vitelli, Fritsch e Corsetti (2018), por exemplo.

De tal modo, o ProUni, que desde o início foi uma ferramenta de garantia de saúde financeira das instituições privadas, consolida-se, com suas bolsas integrais, como uma variável de melhoria na performance dos cursos, compensando, através de estudantes com maior capital cultural, a baixa disponibilidade de docentes com formação adequada e/ou o alto esforço dos docentes com qualificação adequada.

Conclusão

O ProUni tem se mostrado como um importante mecanismo na inclusão de alunos pertencentes aos menores estratos socioeconômicos no sistema de ensino superior brasileiro. Possivelmente único no mundo, o programa financia vagas ao ensino superior a estudantes que são, simultaneamente, dos menores estratos socioeconômicos e dos maiores estratos em desempenho escolar. De maneira outrora inesperada, os alunos mais pobres obtêm as melhores notas nas IES privadas que, em geral, são frequentadas por alunos das camadas mais ricas. De tal maneira, trata-se de uma situação que pode, e deve, ser melhor explorada por pesquisadores em todo o mundo.

Os resultados acima para uma perspectiva diferente sobre o ProUni. Embora já se saiba que os bolsistas integrais são àqueles com melhor desempenho escolar, discute-se aqui possíveis ganhos por parte das instituições que, por meio de explorações mais acuradas, precisam de melhor compreensão. Ao menos para o caso dos cursos de direito no ano observado, o aumento no número de bolsistas do programa está relacionado a variações positivas na nota dos cursos no Enade. Assim, o programa seria não apenas uma ferramenta

de inclusão de alunos de baixa renda no ensino superior, mas também uma possível maneira de ampliar lucros por parte das IES privadas.

Sendo, portanto, necessário um maior investimento em pesquisas que possam, por meio de dados mais robustos, explorar os pontos inicialmente aventados nesse artigo. Analisar a hipótese aqui levantada pode ser uma importante forma de entender o comportamento da política e, talvez mais importante, os desdobramentos da gestão do investimento público por parte de instituições privadas de ensino superior. Trata-se de um profícuo campo de pesquisa que pode, e deve, ser melhor analisado futuramente.

Referências

AKKARI, Abdeljalil. J. Blurring the boundaries of public and private education in Brazil. **Journal of International Education and Leadership**, San Antonio, v.3, n.1, 2013. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1135990.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2019.

ALMEIDA, Wilson. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro**: um estudo sociológico com bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Wilson. ProUni e o acesso de estudantes negros ao ensino superior. **Revista Contemporânea de Educação**, João Pessoa, v. 12, n. 23, 2017. Disponível em: doi.org/10.20500/rce.v12i23.3224. Acesso em: 6 jul. 2019.

ALON, Sigal. **Race, class and affirmative action**. New York: The Russell Sage Foundation, 2015, 345p. ISBN: 978-0871540010.

ALON, Sigal; MALAMUD, Ofer. The impact of israel's class-based affirmative action policy on admission and academic outcomes. **Economics of Education Review**, v.40, 2014. Disponível em: doi.org/10.1016/j.econedurev.2014.02.004. Acesso em: 6 jul. 2019.

AMARAL, Nelson. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Rev. Bras. Educ.**, v. 21, n. 66, 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/S1413-24782016216637. Acesso em: 6 Jul. 2019.

ARIES, Elizabeth; BERMAN, Richard. **Speaking of race and class**: the student experience at an elite college. Philadelphia: Temple University Press, 2012, 238p. ISBN: 978-1439909676.

ARONSON, Paloma. Breaking barriers or locked out? class-based perceptions and experiences of postsecondary education. **New Directions for Child and Adolescent Development**, v, 119, 2008. Disponível em: doi.org/10.1002/cd.208/abstract. Acesso em: 6 jul. 2019.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Online**. Washington, DC: The World Bank. Disponível em: http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?name_desc=false. Acesso em: 7 Jul. 2019.

BARREYRO, Gladys; ROTHEN, Jose Carlos. Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 1, 2014. Disponível em: doi.org/10.1590/S1517-97022014000100005. Acesso em: 6 Jul. 2019.

BARREYRO, Gladys; ROTHEN, Jose Carlos; SANTANA, Andrea. Policies for Evaluation and Regulation of Higher Education in Brazil (1995-2010), supporting the expansion of private higher education. **Journal for Critical Education Policy Studies (JCEPS)**, v.12, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.jceps.com/archives/471>. Acesso em 7 jul. 2019.

BERGERSON, Amy. Exploring the impact of social class on adjustment to college: anna's story. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 20, n. 1, 2007. Disponível em: doi.org/10.1080/09518390600923610. Acesso em: 6 Jul. 2019.

BODOVSKI, Katerina. Adolescents' Emerging Habitus: The role of early parental expectations and practices, **British Journal of Sociology of Education**, v. 35, n. 3, 2014. Disponível em: doi.org/10.1080/01425692.2013.776932. Acesso em: 6 Jul. 2019.

BODOVSKI, Katerina. Parental practices and educational achievement: social class, race, and habitus. **British Journal of Sociology of Education**, v. 31, n. 2, 2010. Disponível em: doi.org/10.1080/01425690903539024. Acesso em: 6 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. La force du droit. Éléments pour une sociologie du champ juridique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação. **SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 108, de 22 de julho de 2004. Institui a sistemática para a aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jul. 2004b. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. **Microdados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 2015**. Brasília: MEC/INEP, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2015**. Brasília: MEC/INEP, 2019b.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2015**. Brasília: MEC/INEP, 2019c.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. **Microdados do Questionário Socioeconômico dos Inscritos do Exame Nacional de Ensino Médio 2015**. Brasília: MEC/INEP, 2019d.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos

de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa 1 de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 ago. 2008. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Informatizado do ProUni. Bolsas disponibilizadas por ano. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

BRASIL. Poder Executivo. Lei nº 11.096, de 13.01.2005. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências, **DOU**, 14.01.2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. Acesso em 07 Jul. 2019.

BRASIL. Poder Executivo. Medida Provisória nº 213, de 10.09.2004. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências, **DOU**, 13.10.2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm. Acesso em: 6 jul. 2019. 2004c

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.711, de 29.08.2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, **DOU**, 30.08.2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_2012.pdf. Acesso em: 6 jul. 2019.

BREUL, Ana Lorena; BARTHOLO, Tiago Lisboa. Desigualdade de oportunidades educacionais na rede pública municipal do Rio de Janeiro: transição entre os segmentos do ensino fundamental. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 303-328, Aug. 2012. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000200004&lng=en&nrm=iso. access on 29 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782012000200004>.

BROWN, Graham; LANGER, Arnim; STEWART, Frances. **Affirmative action in plural societies**: International experiences. Palgrave Macmillan, 2012, 280 p., ISBN: 978-0-230-27780-9.

CARVALHO, Cristina. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior, **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96, 2006. Disponível em: doi.org/10.1590/S0101-73302006000300016. Acesso em: 7 jul. 2019.

CARVALHO, Cristina. Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao ProUni. In: ALMEIDA, M; BONETTI, L. **Educação e cidadania no neoliberalismo**: da experiência à análise crítica. Campinas: Mercado das Letras, 2010. 232 p. ISBN: 978-85-7591-101-5.

CARVALHO, Cristina. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, v. 58, 2014. Disponível em: doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244. Acesso em: 6 jul. 2019.

- CARVALHO, Cristina; LOPREATO, Francisco. Finanças públicas, renúncia fiscal e o ProUni no governo Lula, **Impulso**, v. 16, n. 40, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12741869-Financas-publicas-renuncia-fiscal-e-o-prouni-no-governo-lula.html>. Acesso em: 7 jul. 2019.
- CHAVES, Vera Lucia; AMARAL, Nelson. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países, **Revista Educação em Questão**, v. 51, n. 37, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7173>. Acesso em: 7 jul. 2019.
- CHAVES, Vera Lucia; AMARAL, Nelson. Política de expansão da educação superior no Brasil - o ProUni e o fies como financiadores do setor privado. **Educ. rev.**, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/0102-4698162030. Acesso em: 7 jul. 2019.
- COSTA Danielle; FERREIRA, Norma-Iracema. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação**, v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: doi.org/10.1590/s1414-40772017000100008. Acesso em: 7 Jul. 2019.
- DOREN, Catherine; GRODSKY, Eric. What skills can buy: transmission of advantage through cognitive and noncognitive skills. **Sociology of Education**, v. 89, n. 4, 2016. Disponível em: doi.org/10.1177/0038040716667994. Acesso em: 7 jul. 2019.
- DUNCAN, Greg; MUNGNUSON, Katherine; VOTRUBA-DRZAL, Elizabeth. Boosting family income to promote child development. **The Future of Children**, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/6wb733v2>. Acesso em: 7 jul. 2019.
- FELICETTI, Vera; FOSSATTI, Paulo. Alunos ProUni e não ProUni nos cursos de licenciatura: evasão em foco. **Educar em Revista**, v. 51, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a16.pdf>. Acesso em: 7 Jul. 2019.
- FRANCIS, Andrew; TANNURI-PIANTO, Maria. Endogenous race in Brazil: affirmative action and the construction of racial identity among young adults. **Economic Development and Cultural Change**, v. 61, n. 4, 2013. Disponível em: doi.org/10.1086/670375. Acesso em: 7 jul. 2019.
- FRANCIS, Andrew; TANNURI-PIANTO, Maria. The redistributive equity of affirmative action: exploring the role of race, socioeconomic status, and gender in college admissions. **Economics of Education Review**, v. 31, 2012. Disponível em: doi.org/10.1016/j.econedurev.2011.08.005. Acesso em: 7 Jul. 2019.
- FRANCIS, Andrew; TANNURI-PIANTO, Maria. Using Brazil's racial continuum to examine the short-term effects of affirmative action in higher education. **The Journal of Human Resources**, v. 47, n. 3, 2012b. Disponível em: doi.org/10.3368/jhr.47.3.754. Acesso em: 7 jul. 2019.
- GHEORGHIU, Mihai; GRUSON, Pascale; VARI, Judit. Trocas intergeracionais e construção de fronteiras nas experiências educativas das classes médias. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.29, n. 103, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/05.pdf>. Acesso em: 7 Jul. 2019.

GREENMAN, Emily; BODOVSKI, Katerina; REED, Katherine. Neighborhood characteristics, parental practices and children's math achievement in elementary school. **Social Science Research**, v. 40, n. 5, 2011. Disponível em: doi.org/10.1016/j.ssresearch.2011.04.007. Acesso em: 7 jul. 2019.

HTUN, Mala. From "racial democracy" to affirmative action: changing state policy on race in Brazil. **Latin American Research Review**, v. 39, n. 1, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236704888_From_Racial_Democracy_to_Affirmative_Action_Changing_State_Policy_on_Race_in_Brazil. Acesso em: 7 jul. 2019.

LAREAU, Annette. Social class and the daily lives of children: A study from the United States. **Childhood**, v. 7, n. 2, 2000. Disponível em: doi.org/10.1177%2F0907568200007002003. Acesso em: 7 jul. 2019.

LAREAU, Annette. Social class differences in family-school relationships: the importance of cultural capital. **Sociology of Education**, v. 60, 1987. Disponível em: https://sociology.sas.upenn.edu/sites/sociology.sas.upenn.edu/files/Lareau1987_Family-School_Relationships.pdf. Acesso em: 7 jul 2019.

LAREAU, Annette; WEININGER, Elliot. Concerted cultivation continues: class, culture, and child rearing. In: LAREAU, Annette; CONLEY, Dalton. **Social class: how does it work?** Russel Sage Foundation, New York, 2008. ISBN: 9780871545060.

MELLO NETO, Ruy. **Não vou me adaptar**: um estudo sobre os bolsistas pernambucanos durante os 10 primeiros anos do Programa Universidade Para Todos - ProUni. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

NIU, Sunny; TIENDA, Marta. Test Scores, Class Rank and College Performance: Lessons for Broadening Access and Promoting Success. **Rassegna Italiana di Sociologia**, 53, v. 4, 2012. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/e62a/5ff187a2d5a2096f096bf55dd320cae1389a.pdf?_ga=2.123900618.153346906.1562540337-936717771.1562540337 . Acesso em: 7 jul. 2019.

REARDON, Sean. The Widening income achievement gap. **Educational Leadership**, v. 70, n. 8, 2013. Disponível em: <http://www.ascd.org/publications/educational-leadership/may13/vol70/num08/The-Widening-Income-Achievement-Gap.aspx>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SCHWARTZMAN, Luisa; SILVA, Graziella. Unexpected narratives from multicultural policies: translations of affirmative action in Brazil. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 7, n. 1, 2012. Disponível em: doi.org/10.1080/17442222.2012.658295. Acesso em: 7 jul. 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, 36(133), 2015. Disponível em: doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688. Acesso em: 7 jul. 2019.

SIDANIUS, Jim et al. **The diversity challenge**: social identity and intergroup relations on the college campus. New York: The Russell Sage Foundation, 2010, 460p., 978-0871547941.

TAVOLARO, Lilia. Affirmative action in contemporary Brazil: two institutional discourses on race. **International Journal of Politics, Culture and Society**, v. 19, 2008. Disponível em: doi.org/10.1007/s10767-008-9022-z. Acesso em: 7 jul. 2019.

VARGAS, Hustana; PAULA, Maria de Fatima. A inclusão do trabalhador-estudante e do estudante-trabalhador na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação (UNICAMP)**, 18, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/11.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

VITELLI, Ricardo Ferreira; FRITSCH, Rosangela; CORSETTI, Berenice. Indicadores educacionais na avaliação da educação básica e possíveis impactos em escolas de Ensino Médio no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230065, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100253&lng=en&nrm=iso. access on 29 Sept. 2019. Epub Oct 25, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230065>.

WAINER, Jacques; MELGUIZO, Tatiana. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Educ. Pesqui.** [online], 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/2017nahead/1517-9702-ep-S1517-9702201612162807.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

WALPOLE, MaryBeth. Socioeconomic status and college: how ses affects college experiences and outcomes. **Review of Higher Education Journal of the Association for the Study of Higher Education**, v. 27, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.shirleymohr.com/JHU/Sample_Articles_JHUP/RHE_2003_27_1.pdf. Acesso em: 7 Jul. 2019.

WARIKOO, Natasha; CARTER, Prudence. Cultural explanations for racial and ethnic stratification in academic achievement: a call for a new and improved theory. **Review of Educational Research**, v. 79, n. 1, 2009. Disponível em: http://www.shirleymohr.com/JHU/Sample_Articles_JHUP/RHE_2003_27_1.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

WARIKOO, Natasha et al. Examining Racial Bias in Education: A New Approach. **Educational Researcher**, v.45, n. 9, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0013189X16683408?journalCode=edra>. Acesso em: 7 jul. 2019.